

FRISA FRIGORÍFICO RIO DOCE S.A.

CNPJ: 27.497.684/0001-35
"EMPRESA APOIADA PELO FUNRES"

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas, FRISA - Frigorífico Rio Doce S.A. Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a diretoria tem a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis, acompanhadas de suas correspondentes Notas Explicativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. A Companhia tem sua sede localizada na cidade de Colatina, no Estado do Espírito Santo, e tem por objetivo principal a exploração do ramo de abatedouro e frigorificação de carnes e derivados, e fabricação de conservas (congelados, defumados, embutidos e enlatados). Em 2022, a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 23.902, ante um prejuízo líquido de R\$ 45.382 em 2021. No final do ano de 2022 a Companhia possuía 3.309 colaboradores em seu quadro, sendo que 2.821 na empresa controladora, 404 na controlada Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda., 68 na sua subsidiária integral Frisa Comercial S.A. e 16 na sua subsidiária integral Frisa Agropecuária S.A. Ficamos a disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)											
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido Circulante	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021	2022	2021
Ativo Circulante											
Caixa e equivalente de caixa	6	44.442	44.207	53.108	50.350	Empréstimos e financiamentos	15	222.879	190.494	268.758	192.089
Contas a receber de clientes	7	161.017	121.309	207.307	118.934	Fornecedores	14	99.500	90.909	194.361	110.949
Estoques	8	150.663	252.553	303.321	284.983	Adiantamentos		23.930	18.804	49.377	18.804
Impostos e contribuições a recuperar	9	16.738	7.969	24.302	11.464	Obrigações sociais	16	8.541	4.601	9.441	5.499
Adiantamentos	10	34.768	7.607	3.234	4.655	Obrigações fiscais	17	2.693	1.463	3.896	1.800
Despesas antecipadas		-	-	58	-	JSCP / Dividendos	23.6	270	270	270	270
Depósito vinculado		919	2.956	919	2.956	Provisão de férias		12.568	10.706	14.118	12.205
Outros		1.857	769	1.424	812	Parcelamentos federais	17	5.098	5.011	5.145	5.416
		410.404	437.370	593.673	474.154	Outras contas a pagar		2.689	2.266	3.064	2.702
								378.168	324.524	548.430	349.734
Não Circulante						Não Circulante					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	15	30.715	104.843	31.176	106.803
Depósitos judiciais	18	9.685	9.646	11.855	11.771	Impostos diferidos	19	8.460	8.460	8.727	8.727
Aplicações Financeiras		5.425	-	5.425	-	Parcelamentos federais	20	10.279	14.700	18.545	23.122
Incentivos fiscais não aplicados		92	92	92	92	Provisão para contingências	18	8.189	8.551	10.295	10.769
Depósito vinculado		1	2.065	1	2.065	Passivo a descoberto	11d	6.552	522	-	-
Outros Créditos		227	603	227	603	Outras contas a pagar		81	88	81	88
Investimentos	11	30.129	16.209	31	25			64.276	137.164	68.824	149.509
Imobilizado	12	110.642	96.137	130.099	110.959	Patrimônio Líquido	23				
Intangível	13	1.276	1.101	1.284	1.109	Capital Social		120.098	120.098	120.098	120.098
		157.477	125.853	149.014	126.624	Reserva de capital		-	11.570	-	11.570
						Ajustes de avaliação patrimonial		16.934	16.934	16.934	16.934
						Prejuízos acumulados		(11.448)	(46.920)	(11.448)	(46.920)
						Ações em tesouraria		(147)	(147)	(147)	(147)
						Atribuído a particip. dos acionistas controladores		125.437	101.535	125.437	101.535
						Participações de acionistas não controladores		-	-	(4)	-
								125.437	101.535	125.433	101.535
Total do ativo		567.881	563.223	742.687	600.778	Total do passivo e patrimônio líquido		567.881	563.223	742.687	600.778

Demonstrações do resultado Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)				
Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita líquida de produtos e serviços	25	2.273.026	1.575.621	2.451.467
Custo dos produtos vendidos		(1.985.562)	(1.450.400)	(2.157.762)
Lucro Bruto		287.464	125.221	293.705
Receitas (despesas) operacionais				
Com vendas e comerciais	26	(159.618)	(102.085)	(177.062)
Gerais e administrativas	27	(56.310)	(48.783)	(61.132)
Depreciação e amortização		(1.567)	(1.628)	(1.954)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	28	7.868	598	49
		(209.627)	(151.898)	(240.099)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(25.526)	(1.690)	-
Participação dos empregados nos lucros		(2.772)	-	(2.772)
Resultado operacional		49.539	(28.367)	50.834
Receitas financeiras	29	73.505	36.646	75.680
Despesas financeiras	29	(99.142)	(53.661)	(101.842)
Resultado antes dos impostos incidentes		23.902	(45.382)	24.672
Imposto de renda e contribuição social	22	-	-	(770)
Lucro/Prejuízo líquido do exercício		23.902	(45.382)	23.902
Atribuído aos acionistas controladores		-	-	23.902
Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	(4)
Lucro/Prejuízo básico por ação (em R\$)		1.602	(3.041)	-
Lucro/Prejuízo diluído por ação (em R\$)		1.602	(3.041)	-

Demonstrações do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)				
Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro/Prejuízo líquido do exercício		23.902	(45.382)	23.902
Outros resultados abrangentes		-	-	-
		23.902	(45.382)	23.902

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)									
Nota	Capital social	Reservas de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Lucros ou Prejuízos acumulados	Ações em Tesouraria	Atribuído aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		120.098	11.686	16.934	(1.538)	(147)	147.033	2	147.035
Reserva de incentivos fiscais	23	-	(116)	-	-	-	(116)	-	(116)
Prejuízos Acumulados	23	-	-	-	(45.382)	-	(45.382)	(2)	(45.384)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		120.098	11.570	16.934	(46.920)	(147)	101.535	(4)	101.535
Lucro líquido do exercício	23	-	-	-	23.902	-	23.902	(4)	23.898
Reversão de reserva de capital para absorção de prejuízos acumulados		-	(11.570)	-	-	-	-	-	(11.570)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		120.098	-	16.934	(11.448)	(147)	125.437	-	125.433

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de Reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia foi constituída em 1º de novembro de 1968, na forma de Sociedade Anônima de Capital Fechado, com seus atos constitutivos arquivados na JUCEES - Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, em 5 de novembro de 1968, com a denominação de FRISA - Frigorífico Rio Doce S.A. A Companhia explora o ramo de abatedouro e frigorificação de bovinos, industrialização de carnes e derivados, e fabricação de conservas (congelados, defumados, embutidos e enlatados). O parque fabril divide-se em duas unidades industriais localizadas nas cidades de Colatina (ES), responsável pelo abate, industrialização de carnes, fabricação de charques e conservas (congelados, enlatados e defumados), e Nanaque (MG), responsável pelo abate e industrialização de carnes. Também há uma unidade de armazenagem e distribuição localizada na cidade de Niterói (RJ) e uma unidade atacadista na cidade de Teixeira de Freitas (BA). A Companhia distribui seus produtos por vários estados do País, principalmente nas regiões Sudeste e Nordeste, além de exportar para países localizados na Europa, Oriente Médio, Ásia, África e Estados Unidos e América do Sul. A Companhia detém participações societárias nas empresas Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda. (99,94%), localizada na cidade de Teixeira de Freitas (BA), Frisa Comercial S.A. (100,00%), localizada na cidade de Colatina (ES) e Frisa Agropecuária S.A. (100%), localizada na cidade de Nanaque (MG). As unidades produtivas da Companhia, localizadas em Colatina (ES) e Nanaque (MG), possuem licenças de operação (LO) vigentes, expedidas pelos órgãos ambientais dos respectivos Estados. 1.1. **Efeitos da Covid-19** - A Companhia continua trabalhando ativamente nas medidas de prevenção para auxiliar no controle da não disseminação do Coronavírus (COVID-19), mantendo os protocolos de higiene, propagando informações sobre o tema em seus canais de comunicação internos e seguindo as orientações dos órgãos públicos tanto na esfera Federal, Estadual e Municipal. Tais medidas também atendem às portarias interministeriais MTP/MS/MAPA nº 13 de 20 de janeiro de 2022 e MTP/MS nº 14 de 20 de janeiro de 2022. Até o presente momento a Administração da Companhia não identificou impactos significativos em suas operações, mantendo suas previsões de produção, vendas e expedição de seus produtos, dos quais fazem parte da cadeia de abastecimento de itens de primeira necessidade para a população, relacionados ao segmento alimentício.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(a) **Declaração de conformidade** - As demonstrações contábeis incluem: • As demonstrações contábeis consolidadas preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB); e • As demonstrações contábeis individuais da controladora preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas. A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 30 de maio de 2023. (b) **Base de mensuração** - As demonstrações contábeis individuais (controladora) e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda de apresentação, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do caixa e equivalente de caixa, que foram mensurados pelo valor justo por meio de resultado. (c) **Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e Brasileiras de Contabilidade, exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota Explicativa nº 18 - Provisão para contingências**; • **Nota Explicativa nº 22 - Imposto de renda e contribuição social**; • **Nota Explicativa nº 29 - Instrumentos financeiros**.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. 3.1. **Base de consolidação** - As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo. Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas, registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora as informações contábeis de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Para as empresas controladas que apresentam patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), a Companhia registra a respectiva provisão, a qual é apresentada no grupo do passivo não circulante. 3.2. **Ativos financeiros - a) Classificação** - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("FVTPL"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os

requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. b) **Reconhecimento e mensuração** - As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração. c) **Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado** - A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou Grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. d) **Desreconhecimento de ativos financeiros** - Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido o retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo. 3.3. **Passivo financeiro - e) Reconhecimento e mensuração** - Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem gastos com empréstimos, financiamentos, adiantamentos de contratos de exportações e consórcios, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. f) **Mensuração subsequente** - Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. g) **Custos de empréstimos** - Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos. h) **Desreconhecimento de passivos financeiros** - Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. 3.4. **Caixa e equivalente de caixa** - Os montantes apresentados em bancos e aplicações financeiras representam os saldos próprios da Entidade os quais são destinados à sua manutenção operacional e administrativa, sendo esses prontamente convertíveis em caixa e sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são compostas de Títulos Públicos Federais, Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Fundos de Investimento, remunerados a taxas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), cuja intenção é a sua manutenção até o prazo de vencimento do certificado, e estão registradas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, onde o valor justo não supera o valor de mercado. 3.5. **Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes estão líquidas da provisão para perdas, são apresentadas pelo valor faturado e não tem a incidência de juros. A provisão para perdas é constituída com base na análise dos créditos a receber, elaborada pela Administração da Companhia em face dos riscos envolvidos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas nos valores a receber. 3.6. **Estoques** - Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo dos produtos acabados compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas com venda. 3.7. **Imobilizado - 3.7.1. Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, se aplicáveis. Os gastos com reformas e manutenção, que aumentam significativamente a vida útil das instalações e equipamentos, são capitalizados. Os itens do ativo imobilizado têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. 3.7.2. **Depreciação** - Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, da dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Edifícios	60 anos
Máquinas e equipamentos	10 a 25 anos
Equipamentos de informática	3 a 10 anos
Móveis e utensílios	10 a 25 anos
Veículos	10 a 25 anos
Outros	10 a 25 anos

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa				
Resultado do exercício	23.902	(45.382)	23.902	(45.384)
Depreciação e amortização	5.395	6.600	5.849	7.426
Provisão para contingências	(362)	(368)	(474)	(397)
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas	428	(831)	428	(811)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	204	81	305	119
Resultado da equivalência patrimonial e aporte de capital em empresas Controladas	(13.920)	1.168	-	-
Baixas de reservas de capital	-	(116)	-	(116)
Passivo a descoberto	6.030	522	-	-
Baixas de ativos imobilizado e intangível	-	82	-	1.054
	21.677	(38.244)	30.010	(38.109)

FRISA FRIGORÍFICO RIO DOCE S.A. Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de Reais)

3.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022 - a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37/CPC 25); Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. **b) Alteração na norma IAS 16/CPC 27 Imobilizado;** Classificação de eventuais ganhos gerados antes do imobilizado estar em conformidade com as condições planejadas de uso. Esclarece que os itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições planejadas de uso, se vendidos, devem ter seus custos e receitas reconhecidos no resultado do exercício, não podendo compor/reduzir o custo de formação do imobilizado. **c) Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020;** Foram feitas alterações nas normas: (i) IFRS 1/ CPC 37, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; (ii) IFRS 9/CPC 48, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; (iii) IFRS 16/CPC 06 R2, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil; e (iv) IAS 41/CPC 29, abordando aspectos de mensuração a valor justo; **d) Alteração na norma IFRS 3/CPC 15;** Inclui correções nas referências com relação a Estrutura Conceitual das IFRS. **NOVAS NORMAS, REVISÕES E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS QUE AINDA NÃO ESTRAM EM VIGOR EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 -** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: **a) Alteração na norma IAS 8/CPC 23 -** altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; **b) Alteração na norma IAS 12/CPC 32 -** traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; **c) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 -** inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; **d) Alteração na norma IFRS 16/CPC 06 -** trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; **e) Alteração na norma IAS 1/CPC 26: a.** Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante - esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. No entanto, em função dos impactos das Covid-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2024. **b.** Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023. Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo "políticas contábeis significativas" por "informações materiais sobre políticas contábeis". As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devem ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, com aplicação anterior permitida. Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB.

4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da controladora, daquelas empresas onde a Companhia detém o controle, conforme detalhadas a seguir:

Porcentagem de participação	
2022	2021
Controladas:	
Frisa Comercial S.A.	100,00%
Frisa Agropecuária S.A.	100,00%
Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda.	99,94%

Os exercícios das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e suas práticas contábeis são uniformes. As controladas são consolidadas desde a data de sua aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam sendo consolidadas até a data em que cessa tal controle. Os principais procedimentos de consolidação estão descritos a seguir: (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; (b) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e lucros (prejuízos) acumulados das empresas controladas; (c) A participação dos acionistas não controladores, que representa a parcela do resultado do exercício e patrimônio líquido que não são detidos pelo Grupo, é apresentada separadamente da demonstração do resultado consolidada e dentro do grupo de patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado, em separado do patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora; (d) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como dos lucros não realizados decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; (e) Os saldos das transações intercompanhias são eliminados e as participações que cabem aos demais acionistas são destacadas no balanço patrimonial; e (f) Alterações no percentual de participação em controladas que não resultem em perda e/ou ganho de controle são registradas no patrimônio líquido.

5 GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Os saldos contábeis de aplicações financeiras constantes no balanço patrimonial, quando comparados aos valores que poderiam ser obtidos em sua negociação com terceiros ou, na ausência deles, quando comparados com o valor presente líquido, ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Os valores de mercado foram calculados conforme o valor presente dos instrumentos financeiros, considerando a taxa de juros praticada pelo mercado para operações de riscos e prazos similares. O quadro a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira no encerramento do exercício.

Instrumentos financeiros	Nota	2022	2021
Ativo			
Caixa e equivalente de caixa	6	5.526	8.250
Contas a receber de clientes	7	60.323	49.713
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	15	(87.647)	(66.407)
Adiantamento de clientes no exterior		(23.930)	(18.804)
		(45.728)	(27.248)

(a) Risco de crédito - A política de vendas da Companhia se subordina às normas de créditos fixadas por sua Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é obtido por meio da seleção de clientes, de acordo com sua capacidade de pagamento, e por meio da diversificação de suas contas a receber (pulverização de risco). A Companhia conta, ainda, com provisão para devedores duvidosos para fazer face ao risco de crédito. **(b) Risco de taxa de câmbio -** A Companhia atualiza empréstimo em decorrência da variação do dólar. As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas frente ao real:

	2022	2021
Dólar (US\$)	Taxa média	Taxa final
	5,3956	5,2177
	5,2944	5,0313

(c) Análise de sensibilidade de risco - A Companhia não prevê riscos futuros que impactem de forma relevante o seu patrimônio líquido, uma vez que parte de seus empréstimos e financiamentos são atrelados a taxas fixas. A variação cambial referente a diferença entre os ativos e passivos em moeda estrangeira também não se mostra relevante em relação ao seu patrimônio. Mesmo assim, divulgamos os cenários estimados do dólar americano (USD), o qual a previsão para o ano de 2023 está se mostrando estável ou com baixa variação frente ao real. Nesses termos, foi efetuada uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia oriundos do incremento deste cenário provável em 25% e 50%, considerados como possível e remoto. **(d) Swaps de moeda -** Os resultados da Companhia poderão sofrer significativas variações decorrentes das oscilações das taxas de juros e câmbio. Os instrumentos financeiros são utilizados tanto para proteger as futuras exportações, como também reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos em moedas estrangeiras. Os ativos financeiros estão representados no balanço pelos seus valores de custo acrescidos das respectivas apropriações de receitas incorridas até a data do balanço, próximos aos valores de mercado. A Companhia realiza operações de swap de moeda com o objetivo de minimizar as eventuais perdas decorrentes da desvalorização do Real com relação ao Dólar norte-americano. Os ganhos e perdas nas operações decorrem das diferenças nas variações dos indicadores contratados sobre indexadores referenciais e são registrados pelo regime de competência em receitas ou despesas financeiras líquidas. **(e) Gestão de capital -** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir o nível de endividamento, por exemplo. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 2021, podem ser assim sumarizados:

Composição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Empréstimos e financiamentos	253.593	295.337	299.934	298.892
(-) Caixa e equivalentes de caixa	44.442	44.207	53.108	50.350
Dívida líquida	209.151	251.130	246.826	248.542
Patrimônio líquido	125.437	101.535	125.433	101.535
Patrimônio líquido e dívida líquida	334.588	352.665	372.259	350.077

6 CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA

Os valores de caixa e equivalentes incluem os saldos em conta-corrente e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 (noventa) dias da data do balanço. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

Composição Circulante	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Em moeda nacional:				
Caixa, bancos e corretoras	7.875	3.864	8.803	5.457
Aplicações financeiras (a)	31.041	32.093	38.779	36.643
	38.916	35.957	47.582	42.100
Em moeda estrangeira:				
Bancos (b)	5.526	8.250	5.526	8.250
	5.526	8.250	5.526	8.250
	44.442	44.207	53.108	50.350

(a) Compreende as aplicações financeiras de curto prazo, cujo prazo de vencimento não é superior a 90 dias da data da contratação e há possibilidade de resgate imediato. (b) Valores mantidos no Citibank USA NY e Itaú BBA em Nassau, conforme IN SRF nº 1801/18 e Lei nº 14.286/21.

7 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

A redução ao valor recuperável contabilizada sobre as contas a receber é determinada pela previsão de realização e são consideradas as perdas históricas sobre o saldo de contas a receber. Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

Composição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
No País	104.158	74.595	158.910	80.581
No exterior	60.323	49.713	60.323	49.713
	164.481	124.308	219.233	130.294
Variações cambiais sobre exportações	(374)	53	(374)	53
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.215)	(3.011)	(11.677)	(11.372)
Cessão de crédito sem coobrigação (a)	-	(41)	-	(41)
Outros créditos	125	-	125	-
	161.017	121.309	207.307	118.934

Composição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
A vencer (circulante)	89.438	115.392	77.389	108.968
Vencidos até 30 dias (b)	45.783	3.797	73.419	4.138
Vencidos de 31 a 60 dias (b)	17.448	-	18.305	-
Vencidos de 61 a 90 dias (b)	4.148	296	4.099	321
Vencidos de 91 a 120 dias (b)	259	296	459	329
Vencidos de 121 a 150 dias	24	513	309	642
Vencidos de 151 a 180 dias	72	217	2.980	232
Vencidos acima de 180 dias	7.309	3.797	42.273	15.664
	164.481	124.308	219.233	130.294

(a) A cessão de créditos sem coobrigação caracteriza-se como uma venda definitiva de ativo (duplicatas), em que o cessionário não detém direito de regresso sobre os créditos adquiridos. Tal operação foi contratada junto ao BIB - Banco Industrial do Brasil e Banco Daycoval S.A.. Movimentação de provisão para perda financeira:

Composição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	3.011	2.930	11.372	11.253
Adições	204	81	305	119
(-) Recuperações	-	-	-	-
Saldo final	3.215	3.011	11.677	11.372

8 ESTOQUES

Composição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Produtos acabados	95.024	92.294	105.785	100.484
Gado bovino para engorda	-	-	94.204	19.247
Matérias-primas, embalagens e secundários	26.235	127.992	68.329	129.321
Matérias de manutenção e consumo	29.404	32.267	35.003	35.931
	150.663	252.553	303.321	284.983

9 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Composição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
ICMS (a)	97	140	101	144
IRPJ	790	402	1.448	509
CSLL	41	1.117	281	1.136
PIS (a)	3.424	1.164	4.613	1.765
COFINS (a)	12.201	5.008	17.669	7.772
Outros	185	138	190	138
	16.738	7.969	24.302	11.464

(a) Refere-se a saldo credor de ICMS, PIS e COFINS acumulados em função das operações de exportação.

10 ADIANTAMENTOS

Composição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Salários	1.623	3.001	1.664	3.068
Clientes	655	775	655	775
Fornecedores	422	411	591	507
Viagens	223	228	234	230
Outros	31.845	3.192	90	75
	34.768	7.607	3.234	4.655

11 INVESTIMENTOS E PASSIVO A DESCOBERTO

Controladas	Participação	Qtd. de Quotas / Ações	2022	
			Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício
Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda. (a)	99,94%	2.199	(6.556)	(6.034)
Total Passivo a descoberto			(6.556)	(6.034)
Frisa Comercial S.A. (b)	100,00%	1.653	5.412	1.675
Frisa Agropecuária S.A. (c)	100,00%	1.000	24.717	(21.172)
			30.129	(19.497)
Participação dos minoritários			-	4
Total dos investimentos			23.573	(25.527)

Controladas	Participação	Qtd. de Quotas / Ações	2021	
			Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício
Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda. (a)	99,94%	2.199	(522)	(3.617)
Total Passivo a descoberto			(522)	(3.617)
Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda. (a)	99,94%	2.199	6.237	(1.953)
Frisa Comercial S.A. (b)	100,00%	1.653	9.972	(28)
			16.209	(1.925)
Participação dos minoritários			-	2
			15.687	(1.690)

Movimentação dos investimentos:

Empresas	2022			
	Patrimônio líquido	Lucro/Prejuízo	Investimento	Equivalência
Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda.	(6.556)	(6.034)	99,94%	-
Frisa Comercial S.A.	5.412	1.675	100,00%	5.412
Frisa Agropecuária S.A.	24.717	(21.172)	100,00%	24.717
	23.573	(25.531)		30.129

Empresas	2021			
	Patrimônio líquido	Lucro/Prejuízo	Investimento	Equivalência
Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda.	(522)	(3.617)	99,94%	-
Frisa Comercial S.A.	6.237	1.953	100,00%	6.237
Frisa Agropecuária S.A.	9.972	(28)	100,00%	9.972
	15.687	(1.692)		16.209

Participação dos minoritários - 2

a) Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda. - Sociedade foi constituída em 9 de fevereiro de 1996 na forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB) e denominação social de Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda. A Sociedade explora as atividades de: abate e frigorificação de animais, principalmente bovinos e bufalinos; comércio por atacado e varejo de produtos alimentícios em geral e, em especial, de produtos derivados do abate; prestação de serviços de abate de bovinos e bufalinos. O parque fabril encontra-se localizado na cidade de Teixeira de Freitas (BA) e é responsável pelo abate e industrialização de carnes. A Sociedade distribui seus produtos por vários Estados do País, principalmente nas regiões Sudeste e Nordeste, sendo que sua unidade produtiva possui Licença de Operação (LO) vigente, expedida pelo órgão ambiental do respectivo Estado. A Empresa também distribui seus produtos no mercado externo, especificamente para países do sudeste asiático. **b) Frisa Comercial S.A. -** A Subsidiária integral foi constituída em 14 de setembro de 2010 na forma de sociedade anônima, a partir do patrimônio das filiais varejistas do Frisa Frigorífico Rio Doce S.A., sua única acionista. A Sociedade explora a atividade de comércio varejista de carnes e derivados e diversos produtos como embutidos, enlatados, defumados. A Companhia possui atualmente 9 lojas em operação, sendo 7 no Estado do Espírito Santo e 1 no Estado de Minas Gerais. No ano de 2022 será aberta sua 10ª loja, que estará localizada em Governador Valadares (MG). **c) Frisa Agropecuária S.A. -** A Subsidiária integral foi constituída em 25 de fevereiro de 2021, na forma de sociedade anônima com sede em Nanuque (MG), através de escritura pública de constituição de sociedade subsidiária integral sendo a Frisa Frigorífico Rio Doce S.A., sua única acionista. A Sociedade explora a atividade de engorda de gado bovino para corte com a finalidade principal a venda para as unidades de abates do Frisa Frigorífico Rio Doce S.A. e sua controlada Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda. e o cultivo de milho e cana-de-açúcar para serem transformados em ração animal. Atualmente a empresa possui 5 filiais, sendo 2 no Estado de Minas Gerais e 1 unidade nos Estados do Espírito Santo, Bahia e Goiás.

Composição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Terrenos	26.542	-	26.542	26.542
Edificações	44.251	(18.589)	25.662	20.809
Máquinas e equipamentos	115.431	(72.184)	43.247	36.556
Equipamentos de Informática	5.211	(4.635)	576	690
Móveis e Utensílios	6.894	(4.533)	2.361	1.876
Veículos	36.297	(30.986)	5.311	4.418
Outros	1.425	(1.131)	294	347
	236.051	(132.058)	103.993	91.238
Pastagens	-	20	-	20
Imobilizações em andamento	-	6.629	-	

FRISA FRIGORÍFICO RIO DOCE S.A. Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de Reais)

Modalidade	Taxa	Vencimento	Garantia	Controladora		Total
				Circulante	Não Circulante	
Capital de giro						
Banco Safra	100% CDI + 3,412230 a.a.	fevereiro de 2022	Aval	8.000	-	8.000
Banco do Brasil	150% CDI	agosto de 2025	Aval	12.857	47.143	60.000
Banco Itaú	100% CDI + 3,20 a.a. e 100% CDI + 2,90 a.a.	maio de 2022	Aval	20.607	-	20.607
Banco BOCOM	100% CDI + 2,3a.a.	fevereiro de 2024	Cessão fiduciária	22.917	27.213	50.130
Banco ABC Brasil	100% CDI + 3,20 a.a.	junho de 2022	Cessão fiduciária	3.990	-	3.990
Banco do Nordeste	0,85 a.m., 100% IPCA + 1,98 a.a., 0,26323% a.m. + IPCA	agosto de 2023	Cessão fiduciária	10.480	28.302	38.782
Banco Votorantim	100% CDI + 3,00 a.a.	outubro de 2022	Aval	12.500	-	12.500
Banco Santander	100% CDI + 3,00 a.a.	junho de 2022	Aval	10.470	-	10.470
Banco Bradesco	100% CDI + 2,99 a.a.	julho de 2022	Aval	21.027	-	21.027
				122.848	102.658	225.506

Modalidade	Taxa	Vencimento	Garantia	Controladora		Total
				Circulante	Não Circulante	
Ativo Fixo						
Banco do Brasil	2,50% até 8,70% a.a.	setembro de 2024	Alienação fiduciária	1.012	946	1.958
Banco Banestes	9,50% a.a.	janeiro de 2024	Alienação fiduciária	9	1.229	1.238
Banco do Nordeste	100% IPCA + 2,11 a.a. e 100% IPCA + 1,73 a.a.	julho de 2024	Alienação fiduciária	218	10	228
				1.239	2.185	3.424

Modalidade	Taxa %	Vencimento	Garantia	Controladora		Total
				Circulante	Não Circulante	
ACC						
Banco do Brasil	VC+2,80a.a., 3,50a.a. e 3,15 a.a.	janeiro de 2023	Aval	44.639	-	44.639
Banco Bradesco	VC+2,93% a.a.	fevereiro de 2022	Aval	11.160	-	11.160
Banco Santander	VC+2,75% a.a.	abril de 2022	Aval	10.608	-	10.608
				66.407	-	66.407
				190.494	104.843	295.337

Modalidade	Taxa %	Vencimento	Garantia	Controladora		Total
				Circulante	Não Circulante	
Capital de giro						
Banco Safra	100% CDI + 1,800006 a.a.	Junho de 2023	Aval	8.061	-	8.061
Banco Itaú	100% CDI + 2,50 a.a.	Janeiro de 2023 e Maio de 2023	Aval	15.925	-	15.925
Banco BOCOM	100% CDI + 2,30 % a.a. e 5% a.a.	Novembro de 2023 a Maio de 2025	Cessão Fiduciária	21.117	29.514	50.631
Banco do Nordeste	0,85 a.m., 100% IPCA + 1,98 a.a. e 0,263230% a.m. + IPCA	Agosto de 2023	Cessão fiduciária	30.259	-	30.259
Sicoob	10,75 a.a., 13,50 a.a., 14,90 a.a. e 16,94 a.a.	Janeiro e Julho de 2023	Aval	42.969	-	42.969
Banco Santander	100% CDI + 0,74%	Junho de 2023	Aval	5.221	-	5.221
Banco ABC Brasil	100% CDI + 2,00 a.a.	Feveireiro de 2023	Aval	12.034	448	12.482
Banco Banestes	12,00% a.a. e 14,00% a.a.	Setembro de 2023	Aval	44.382	-	44.382
				179.968	29.962	209.930

Modalidade	Taxa %	Vencimento	Garantias	Controladora		Total
				Circulante	Não Circulante	
Ativo fixo						
Banco do Brasil	2,50% até 6,00% a.a.	Setembro de 2024	Alienação fiduciária	750	194	944
Banco Banestes	9,50 a.a.	Janeiro de 2024	Alienação fiduciária	9	1	10
Banco do Nordeste	100% IPCA+2,11 a.a. e 100% IPCA + 1,73 a.a.	Julho de 2024	Alienação fiduciária	218	1.005	1.223
				977	1.200	2.177

Modalidade	Taxa %	Vencimento	Garantias	Controladora		Total
				Circulante	Não Circulante	
Capital de giro						
Banco Safra	100% CDI + 3,412230 a.a.	fevereiro de 2022	Aval	8.000	-	8.000
Banco do Brasil	150% CDI	agosto de 2025	Aval	12.857	47.143	60.000
Banco Itaú	100% CDI + 3,20 e 100% CDI + 2,90	maio de 2022	Aval	20.607	-	20.607
Banco BOCOM	100% CDI + 2,3 a.a.	fevereiro de 2024	Cessão fiduciária	22.917	27.213	50.130
Banco ABC Brasil	100% CDI + 3,20	junho de 2022	Cessão fiduciária	5.324	1.784	7.108
Banco do Nordeste	0,85 a.m., 100% IPCA+1,98 a.a., 0,26323% a.m. + IPCA	agosto de 2023	Cessão fiduciária	10.480	28.302	38.782
Banco Votorantim	100% CDI + 3,00 a.a.	outubro de 2022	Aval	12.500	-	12.500
Banco Santander	100% CDI + 3,00 a.a.	junho de 2022	Aval	10.470	-	10.470
Banco Bradesco	100% CDI + 2,99 a.a.	julho de 2022	Aval	21.027	-	21.027
				124.182	104.442	228.624

Modalidade	Taxa %	Vencimento	Garantias	Controladora		Total
				Circulante	Não Circulante	
Ativo fixo						
Banco do Brasil	2,50% até 8,70% a.a.	setembro de 2024	Alienação fiduciária	1.273	1.122	2.395
Banco Banestes	9,50% a.a.	janeiro de 2024	Alienação fiduciária	9	1.229	1.238
Banco do Nordeste	100% IPCA + 2,11 a.a. e 100% IPCA + 1,73 a.a.	julho de 2028	Alienação fiduciária	218	10	228
				1.500	2.361	3.861

Modalidade	Taxa %	Vencimento	Garantias	Controladora		Total
				Circulante	Não Circulante	
ACC						
Banco do Brasil	VC + 2,80 a.a., 3,50 a.a. e 3,15 a.a.	janeiro de 2023	Aval	44.639	-	44.639
Banco Bradesco	VC + 2,93% a.a.	fevereiro de 2022	Aval	11.160	-	11.160
Banco Santander	VC + 2,75% a.a.	abril de 2022	Aval	10.608	-	10.608
				66.407	-	66.407
				192.089	106.803	298.892

Composição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
2023	109.871	71.563	111.207	73.061
2024	19.638	19.638	20.082	20.100
2025	13.076	13.076	13.076	13.076
2026	219	219	219	219
2027	219	219	219	219
2028	128	128	128	128
	143.151	104.843	144.931	106.803

Composição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
INSS	2.677	1.912	3.148	2.190
FGTS	1.066	717	1.202	801
FUNRURAL	332	602	588	861
SESI/SENAI	806	683	806	683
Outros	3.660	687	3.697	964
	8.541	4.601	9.441	5.999

Composição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
ISS	4	3	4	4
ICMS	1.875	945	2.223	1.046
IRRF	764	463	790	490
CSRF	36	37	36	38
Parcelamentos Federais	5.098	5.011	5.145	5.417
IRPJ	12	12	572	156
CSLL	-	-	210	53
Outros	2	3	61	13
	7.791	6.474	9.041	7.217

18 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS
Reconhecida quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com razoável segurança. A Companhia possui processos em andamento de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. Os valores das provisões para contingências e depósitos judiciais podem ser assim demonstrados:

Composição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Depósitos judiciais	2022	2021	2022	2021
Causas tributárias (a)	7.583	7.583	7.583	7.583
Causas trabalhistas (b)	1.177	1.138	455	817
Causas cíveis (c)	925	925	151	151
	9.685	9.646	8.189	8.551

(a) Refere-se ao depósito judicial da contribuição para a Previdência Social (Funrural). A Companhia homologou junto ao TRF da 2ª região o pedido de desistência, com renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação, uma vez que houve a adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) (Nota Explicativa nº20). (b) Refere-se principalmente a questionamentos sobre verbas diversas como horas extras, adicional de insalubridade, de periculosidade, parcelas rescisórias e indenizações diversas. (c) Refere-se à ação de indenização por danos morais e danos materiais. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía em andamento outros processos de natureza cível, trabalhista e fiscal, no montante de aproximadamente R\$4.940 (R\$5.600 em 2021) na Controladora e R\$7.363 (R\$7.472 em 2021) no Consolidado, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é de possível perda, mas não provável, e por isso não estão provisionadas em consonância com o CPC 25 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES.

19 IMPOSTOS DIFERIDOS
Composição
Imposto de renda - avaliação patrimonial
Contribuição social - avaliação patrimonial
Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizados em 2010 às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, sobre o montante de R\$24.882, provenientes da avaliação patrimonial dos terrenos da Companhia (Colatina - R\$14.470 / Nanaque - R\$614 / Niterói R\$9.798). O montante em 31 de dezembro de 2021 totaliza R\$8.460. Pelo mesmo fato, foram contabilizados os impostos no montante R\$267 (R\$196 - IRPJ e R\$71 - CSLL) na controlada Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda, cujo ajuste de avaliação patrimonial foi de R\$785.

Composição	Controladora			Consolidado		
	2022	2021	2021	2022	2021	2021
Programa de recuperação fiscal - REFIS (a)	95	468	563	95	564	659
Programa especial de regularização tributária - PERT (b)	28	172	200	28	200	228
Programa de recuperação tributária - PRR (c)	4.975	9.639	14.614	4.888	13.936	18.823
	5.098	10.279	15.377	5.011	14.700	19.710

(a) De acordo com o artigo 17 da Lei 12.865/13, foi reaberto, até 31 de dezembro de 2013, o prazo para a adesão ao programa de parcelamento denominado Programa de Recuperação Fiscal - REFIS instituído pela Lei 11.941/2009 (Refis da crise). O valor mensal da parcela a pagar é R\$8 mil, corrigidas mensalmente pela taxa SELIC acumulada. O parcelamento tem seu término em novembro de 2028. (b) Através da MP 783/2017 convertida pela Lei 13.496/2017 foi instituído o Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, onde os débitos de natureza tributária e não tributária vencidos até 30 de abril de 2017 poderiam ser regularizados através de parcelamento. O valor mensal da parcela a pagar é R\$2 mil, corrigidas mensalmente pela taxa SELIC acumulada. O parcelamento tem seu término em janeiro de 2030. (c) A Companhia e sua controlada Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda. fizeram a adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) em 09 de outubro de 2018, o qual foi instituído através da Lei 13.606 de 09 de janeiro de 2018 e regulamentado através da Instrução Normativa 1.804 de 25 de abril de 2018 que alterou a Instrução Normativa 1.784 de 19 de janeiro de 2018. O débito atualizado na data de adesão ao Programa era de R\$48.383 mil da Companhia e R\$15.918 mil da controlada Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda. A modalidade de adesão escolhida foi do pagamento de 2,50% da dívida consolidada (principal somados multa e juros) como entrada e o restante em até 176 mensais e sucessivas, com valor limitado à 0,30% do valor da receita com comercialização da produção rural, usando como base de cálculo a média mensal do faturamento do ano anterior corrigidas pela SELIC. Através desta opção foi obtido um deságio referente dedução de multa e juros no saldo devedor de R\$16.691 mil na Companhia e R\$5.381 mil em sua controlada Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda.

Composição	Controladora			Consolidado		
	2022	2021	2021	2022	2021	2021
Receita com vendas de produtos	414.183	39.773	-	414.183	39.773	-
Receita com prestação de serviços	-	57	-	-	57	-
Receita com venda de outros materiais	983	456	-	983	456	-
Receita de alugueis	-	21	-	-	21	-
	415.166	40.307	-	415.166	40.307	-

21 PARTES RELACIONADAS
Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas são:

Espécie/classe	2022		2021	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	10.850	87.325	10.850	87.325
Preferenciais	4.072	32.773	4.072	32.773
		120.098		120.098
		8.05		8.05

22 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
São registrados com base no lucro tributável de acordo com a legislação e alíquotas vigentes. A Companhia e sua controlada Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda são beneficiárias do incentivo fiscal federal da SUDENE, reduzindo em 75% o Imposto de Renda, apurado através do lucro da exploração, sobre as atividades industriais, nas suas unidades de Colatina (ES) e Nanaque (MG), e sua controlada em Teixeira de Freitas (BA).

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO
23.1. Capital social - O capital social da Companhia está representado por ações nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

Tal avaliação foi realizada por profissional independente, devidamente capacitado, que indicou aumento de R\$24.882 no valor dos terrenos da companhia e R\$785 nos terrenos de suas controladas, sendo que R\$8.460 foi registrado no passivo como impostos diferidos em função das diferenças temporárias. Desta forma, foi registrado como ajuste de avaliação patrimonial o montante líquido dos impostos em R\$16.422, além do reflexo líquido nas controladas no montante de R\$511, totalizando R\$16.934 em 31 de dezembro de 2010. Por se tratar unicamente de avaliação sobre terrenos, os valores serão realizados apenas com suas vendas. **23.4. Reserva legal** - A reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e artigo 48, alínea "a" do Estatuto Social da Companhia de 12 de janeiro de 2021. Nos anos de 2022 e 2021 a reserva não foi constituída devido ao prejuízo do ano de 2021 não ter sido totalmente revertido. **23.5. Reserva de investimentos** - Nos anos de 2022 e 2021 a reserva não foi constituída devido ao prejuízo do ano de 2021, não ter sido totalmente revertido. **23.6. Dividendos mínimos obrigatórios** - As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei e de seu Estatuto Social, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior. Em 2022 e 2021, não ocorreu a provisão dos dividendos mínimos obrigatórios. **23.7. Participação dos empregados e remuneração do Conselho de Administração e Diretoria** - A Companhia distribui, a cada ano, a título de participação nos lucros, o percentual de 5% do lucro líquido do exercício a seus funcionários, de acordo com o seu Estatuto Social. Em 2022 foi provisionado valores para distribuição à funcionários de R\$2.772, decorrente do lucro obtido no exercício. A remuneração anual e global em 2022, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria foi R\$2.725, (R\$3.326 em 2021).

24 (PREJUÍZO) / LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO
Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (Earnings per Share), as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido do exercício aos montantes usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído.

»»» Continuação FRISA FRIGORÍFICO RIO DOCE S.A.	RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
<p>Aos Administradores e Acionistas da FRISA - FRIGORÍFICO RIO DOCE S.A. Colatina - ES.</p> <p>Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Frisa Frigorífico Rio Doce S.A., ("FRISA" ou "Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Frisa Frigorífico Rio Doce S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).</p> <p>Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p>Principais assuntos de auditoria - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.</p> <p>Avaliação do valor recuperável de ativos de vida útil definida e de longa duração - Conforme divulgado nas notas explicativas nº 12 e nº 13 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e suas controladas possuem registrados ativos tangíveis e intangíveis em montantes relevantes. A Administração aplica no mínimo anualmente procedimentos para assegurar que seus ativos tangíveis e intangíveis estejam registrados contabilmente por valor que não exceda aos seus valores de recuperação e, se for o caso, reconhecem um ajuste para perdas por desvalorização. Esses procedimentos envolvem julgamento significativo da Administração sobre os resultados futuros do negócio, bem como presume que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Considerando a complexidade devido às peculiaridades das operações, à relevância dos valores envolvidos e a existência e o controle físico dos ativos tangíveis, consideramos esses assuntos como significativos em nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu este assunto, Avaliamos e obtivemos entendimento sobre os controles operacionais, projeções de fluxos de caixa futuros e o processo usado na sua elaboração, inclusive com a comparação com os seus planos mais recentes de negócios. Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do escopo e testes detalhados nos seguintes procedimentos realizados pela Companhia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atualizamos os entendimentos das premissas e metodologia dos cálculos matemáticos do valor em uso, que inclui a comparação das informações com expectativas de anos anteriores, previsões econômicas e setoriais e outras informações históricas; • Acompanhamento das contagens de inventário físico dos bens do ativo imobilizado; • Testes, com base em seleção por amostragem, sobre a existência dos bens de ativo imobilizado, por meio da análise dos contratos firmados e do confronto das evidências de locação em andamento com reconhecimento de receitas; e • Avaliação das políticas contábeis divulgadas em notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como resultado desses procedimentos, consideramos que os julgamentos e 	<p>premissas utilizadas pela administração da Companhia, para avaliação do valor recuperável dos ativos de vida útil definida e de longa duração, como sendo razoáveis com os dados e informações obtidas ao longo de nossos trabalhos, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.</p> <p>Reconhecimento de receita - mensuração e registro das receitas de vendas - Conforme divulgado na nota explicativa nº 25 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta receitas líquidas de R\$ R\$2.273.026 e R\$2.451.467, respectivamente, controladora e consolidada, dos quais os montantes de R\$2.272.902 e R\$2.450.735, respectivamente, controladora e consolidado, são provenientes de venda de carnes e derivados e fabricação de conservas para o mercado interno e externo. O processo de reconhecimento das receitas é complexo pois envolve etapas e inspeções de qualidade no mercado interno e externo para o seu reconhecimento. Esse assunto foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria, tendo em conta a relevância dos valores envolvidos e, também, a complexidade do processo de mensuração e reconhecimento.</p> <p>Como nossa auditoria conduziu este assunto - Nossos procedimentos de auditoria incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atualizamos nosso entendimento dos controles considerados relevantes no processo de faturamento e de monitoramento dos recebíveis pela Companhia relacionados a receita; • Entendimento e avaliação das premissas utilizadas pela Companhia e controladas no cálculo das receitas faturadas; • Recálculo das receitas faturadas ao final do exercício social; • Testes, com base em seleção por amostragem, sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas, por meio de confronto das notas fiscais emitidas com as informações constantes dos contratos firmados, bem como da avaliação se as receitas foram contabilizadas no período de competência correto; • Obtivemos confirmações diretamente dos clientes da Companhia sobre os saldos de contas a receber e, para aqueles casos em que diferenças foram encontradas ou que não recebemos as respostas, nós testamos os itens de conciliação da diferença e/ou verificamos documentação suporte da existência dos títulos a receber; • Avaliação das políticas contábeis divulgadas em Nota Explicativa nº 3.15 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como resultado desses procedimentos, consideramos que os julgamentos e premissas utilizadas pela administração da Companhia, para o reconhecimento de receitas, como sendo razoáveis com os dados e informações obtidas ao longo de nossos trabalhos, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. <p>Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.</p> <p>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as</p>	<p>eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 30 de maio de 2023. BDO RCS Auditores Independentes SS - CRC 2 SP 013846 - S - ES; Cristiano Mendes de Oliveira - Contador CRC 1 RJ 078157/O-2 - S - ES



Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA:27065150000130 - Em: 01/07/2023**

Certificado emitido por: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CONSULTI BRASIL RFB

Acesse: <https://verificador.iti.gov.br/> caso deseje validar a assinatura!

827 BALANCO FRISA 01-07-23.pdf

Código do documento: 827



Assinado por:

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA:27065150000130
Certificado Digital
E-mail: CARLOSHENRIQUE@NASSAU.COM.BR

Registro de Eventos:

01 jul. 2023, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 827

Criado por: Mariana Melim. **E-mail:** artemariana@redetribuna.com.br

DATE_ATOM: 2023-06-30T21:01:00-0300

01 jul. 2023, 00:24:52 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura de iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2023-06-30T21:24:52-0300

01 jul. 2023, 00:24:53 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA:27065150000130

E-Mail: CARLOSHENRIQUE@NASSAU.COM.BR

Emissor do Certificado: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC
CONSULTI BRASIL RFB

DATE_ATOM: 2023-06-30T21:24:53-0300

Hash do documento original

[SHA256]: 23d3d94de896ddfba69f38bbc9c4394156e7fe2486b8a97a45caa8b57ab3bf49

[SHA512]: cf83e1357eefb8bdf1542850d66d8007d620e4050b5715dc83f4a921d36ce9ce47d0d13c5d85f2b0ff8318d2877eec2f63b931bd47417a81a538327af927da3e

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB